

Sul América Companhia de Seguro Saúde

CNPJ 01.685.053/0001-56



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 418 emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. **1. Conjuntura econômica:** A economia brasileira chegou ao fim de 2018 com uma melhor perspectiva para os próximos anos, mesmo não tendo apresentado sinais sólidos de retomada do crescimento ao longo do ano. O endividamento elevado, tanto do setor privado como do público, foi um dos principais direcionadores da lenta recuperação da economia, a despeito de alguns fundamentos saudáveis, como inflação e juros baixos. Ademais, a economia brasileira foi submetida a choques adversos durante o ano – greve dos caminhoneiros, piora do cenário internacional e incerteza política – que influenciaram negativamente o ciclo de recuperação iniciado ainda na segunda metade de 2017, levando a uma perda de força da atividade econômica em um ambiente de maior aversão ao risco e menor confiança. Estima-se que o produto interno bruto (PIB) em 2018 tenha crescido abaixo do estimado pelas projeções do início do ano, impactado por menores taxas de crescimento de consumo das famílias em função de um patamar de desemprego ainda elevado. Isso, somado a uma alta oociosidade do setor produtivo, não permitiu uma contribuição maior dos investimentos para a expansão do PIB. O segundo semestre do ano se mostrou mais promissor, indicando um ambiente mais favorável à retomada do crescimento. O cenário de emprego encerrou o ano com um saldo positivo de criação de vagas, após três anos consecutivos com fechamento de posições. A inflação, medida pelo IPCA/IBGE, fechou em 3,75%, o segundo ano consecutivo abaixo da meta (4,5%) estabelecida pelo Banco Central, permitindo que a autoridade monetária reduzisse a taxa básica de juros para níveis historicamente baixos. A perspectiva do avanço de reformas econômicas após a eleição presidencial provocou uma melhora nas condições financeiras. Os indicadores de confiança, tanto dos empresários quanto dos consumidores, voltaram a refletir o otimismo dos agentes em relação à evolução da economia, atingindo patamares próximos aos de períodos anteriores à recessão. O comprometimento com as políticas de reformas econômicas e fiscais será determinante para a manutenção deste otimismo observado. Olhando adiante, as expectativas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado, contando com um ambiente inflacionário benigno, favorecendo a manutenção da taxa de juros em patamares historicamente baixos. Os fundamentos do consumo devem ganhar força, em linha com o fortalecimento do emprego e da renda, enquanto os investimentos voltariam a se recuperar estimulados pelo aumento da confiança dos empresários em um ambiente institucional mais favorável aos negócios.

2. Principais informações financeiras:

Resultado (R\$ milhões)	2018	2017	Δ
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	15.466,1	13.581,7	13,9%
Sinistros retidos	(12.394,8)	(10.957,9)	-13,1%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	3.071,3	2.623,9	17,1%
Resultado bruto	2.654,6	2.254,5	17,7%
Resultado financeiro líquido	326,6	444,1	-26,5%
Resultado patrimonial	206,9	184,1	12,4%
Resultado antes dos impostos e participações	1.390,6	1.251,1	11,1%
Resultado Líquido	969,7	850,9	14,0%

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
Ativo				Passivo			
Circulante		5.839.355	4.693.817	Circulante		3.562.446	3.049.357
Disponível	–	20.183	32.140	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	2.968.110	2.615.919
Realizável		5.819.172	4.661.677	Provisões de prêmios	–	403.496	347.231
Aplicações financeiras	5	5.077.393	4.029.396	Provisão de prêmios não ganhos	–	378.072	323.189
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	–	2.776.980	2.526.845	Provisão para remissão	–	25.424	24.042
Aplicações livres	–	2.300.413	1.502.551	Provisão de sinistros a liquidar para SUS	–	21.002	27.037
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	–	347.079	265.112	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	–	899.878	719.715
Prêmio a receber	6.1	330.007	251.705	Débitos de operações de assistência à saúde	–	66.086	68.841
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	–	17.072	13.407	Prêmios a Restituir	–	366	219
Despesas diferidas	7	240.037	197.110	Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	–	17.331	–
Créditos tributários e previdenciários	8	33.731	36.152	Comercialização sobre operações	–	21.989	22.515
Bens e títulos a receber	9	119.840	131.275	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	–	26.400	46.107
Despesas antecipadas	–	1.092	2.632	Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	–	56.809	13.628
Não circulante	–	4.862.623	4.494.280	Provisões	–	116.274	52.606
Realizável a longo prazo	–	2.498.150	2.298.437	Provisões para IR e CSLL	–	61.007	7
Créditos tributários e previdenciários	8	120.846	106.849	Provisões para ações judiciais	15.2	55.267	52.599
Despesas de comercialização diferidas	7	558.887	472.360	Tributos e encargos sociais a recolher	–	103.367	90.465
Ativo fiscal diferido	8	357.605	299.341	Empréstimos e financiamentos a pagar	17	3.545	1.161
Depósitos judiciais e fiscais	15.1	1.459.019	1.418.087	Débitos diversos	18	248.255	206.737
Outros créditos a receber a longo prazo	–	1.793	1.800	Não circulante	–	1.368.338	1.298.877
Investimentos	–	2.208.867	2.059.445	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	63.119	54.706
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	–	2.208.867	2.059.445	Provisão para remissão	–	27.899	28.367
Participações societárias - Operadoras de planos de assistência à saúde	10	439.133	409.907	Provisão de sinistros a liquidar para o SUS	–	3.206	–
Outros investimentos	10	1.769.734	1.649.538	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	–	32.014	26.339
Imobilizado	–	41.569	36.952	Provisões	–	321.660	237.094
Imobilizado de uso próprio	–	22.983	20.270	Provisões para ações judiciais	15.2	321.660	237.094
Imobilizado - Não hospitalares/ odontológicos	–	22.983	20.270	Tributos e encargos sociais a recolher	–	981.686	1.005.102
Imobilizado em curso	–	–	2	Tributos e contribuições	15.2	973.017	993.139
Outras imobilizações	–	18.586	16.680	Parcelamento de tributos e contribuições	16	8.669	11.963
Intangível	11	114.037	99.446	Empréstimos e financiamentos a pagar	17	633	1.930
Total do ativo		10.701.978	9.188.097	Débitos diversos	18	1.240	45
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

3. Comentário sobre o desempenho: Os prêmios ganhos pela Companhia alcançaram R\$15.466,1 milhões em 2018, crescimento de 13,9% na comparação com 2017. Os sinistros retidos aumentaram 13,1% em relação ao ano anterior, totalizando R\$12.394,8 milhões. O resultado bruto aumentou 17,7% em 2018, principalmente devido ao maior volume de prêmios no ano. O resultado financeiro líquido apresentou queda de 26,5%, somando R\$326,6 milhões em 2018 ante R\$444,1 milhões no ano anterior. O resultado patrimonial no período totalizou R\$206,9 milhões, aumento de 12,4% em relação a 2017. O resultado líquido cresceu 14,0% em 2018, alcançando R\$969,7 milhões, em comparação com R\$850,9 milhões em 2017.

4. Distribuição do resultado:

Descrição (R\$ milhões)	2018	2017
Lucro antes dos impostos e participações	1.390,6	1.251,1
(-) Impostos e contribuições	(377,8)	(361,3)
(-) Participações	(43,1)	(39,0)
Lucro líquido do exercício	969,7	850,9
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(48,5)	(42,5)
Lucro líquido ajustado	921,2	808,3
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	230,3	202,1
(-) Dividendos antecipados a serem imputados nos dividendos obrigatórios	–	30,0
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem imputados nos dividendos obrigatórios	230,3	172,1
(-) Juros sobre capital próprio a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	33,2	65,9
Bruto	310,0	280,0
Imposto de renda	(46,5)	(42,0)
Saldo dos dividendos obrigatórios		
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	611,2	498,3

5. Investimentos: Em 31/12/2018, a Companhia mantinha investimentos diretos nas seguintes sociedades: Sul América Santa Cruz Participações S.A. no montante de R\$1.365,2 milhões, Sul América Serviços de Saúde S.A. no montante de R\$346,7 milhões, Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. no montante de R\$343,5 milhões, Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. no montante de R\$58,5 milhões, Sul América Odontológico S.A. no montante de R\$92,4 milhões e Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. no montante de R\$2,5 milhões. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **7. Acordo de Acionistas:** A Companhia não é parte em acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019. **A ADMINISTRAÇÃO:**

	Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	Notas	2018	2017
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	–	15.466.131	13.581.732
Receitas com operações de assistência à saúde	–	15.608.749	13.710.012
Sinistros retidos	20.1	15.609.663	13.716.158
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde</			

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)		
Notas	2018	2017
Resultado líquido do exercício	969.698	850.879
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos atuariais, líquidos de perdas, não realizados com plano de pensão de benefício definido	21 (474)	479
Efeitos fiscais	21 190	(192)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:		
Ganhos / (perdas) não realizadas com ativos financeiros disponíveis para venda	21 1.995	5.309
Efeitos fiscais	21 (753)	(2.094)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	10 7.175	28.033
Componentes do resultado abrangente	8.133	31.535
Resultado abrangente do exercício	977.831	882.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)		
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE denominada (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, 121, no bairro Cidade Nova, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde, e tem como principal acionista a Sul América Companhia Nacional de Seguros, denominada (SALIC) com 64,23% de ações ordinárias e 69,77% de ações preferenciais, com participação total de 65,60%, e tem como controladora indireta final a Sul América S.A. (SASA), que detém 100% do capital total da Companhia, sendo 34,40% de participação direta e 65,60% de participação indireta através de suas subsidiárias. A SASA é uma Companhia de capital aberto, controlada pela Sulaspaspar Participações S.A. (SULASAPAR), que detém 50,87% das ações ordinárias, 0,01% das ações preferenciais e 25,66% de participação total, e publicou em 27 de fevereiro de 2019 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 418 emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/02/2019. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo de práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas; • Despesas de angariação diferidas (bônus de produção, despesa de pessoal e custo de kits) e registradas na rubrica "Despesas diferidas" no ativo circulante e "Despesas de comercialização diferidas" no ativo não circulante e amortizadas pelo prazo máximo de 120 meses de permanência dos segurados na carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** **3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. **3.2.2. Disponível para venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "emprestimos e recebíveis", são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo circulante na rubrica "Bens e títulos a receber" e não circulante na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.4. Investimentos:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustados pela redução ao valor recuperável, quando aplicável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento; e • O ágio e deságio na aquisição de ações de controlada, tratado como transação de capital, está registrado no patrimônio líquido. **3.5. Intangíveis:** **3.5.1. Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação a perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio das mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas" no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. **3.6. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresentem efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual excede o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.7. Empréstimos e financiamentos a pagar:** Leasing financeiro, reconhecido pelos valores de contratação dos bens arrendados, descontados ao valor presente pela taxa de juros implícita no contrato. **3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social corrente e diferido são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de 05 anos. Conclui-se, a partir deste estudo, que esses créditos tributários serão consumidos em até 02 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.9. Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: **3.9.1. Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganhos (PPCNG):** A PPCNG é constituída pelo método pro-rata die, tendo

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)		
	2018	2017
Atividades operacionais		
Recebimento de planos de saúde	15.481.791	13.605.483
Resgate de aplicações financeiras	9.465.100	7.300.826
Recebimento de juros de aplicações financeiras	337.782	386.978
Outros recebimentos operacionais	30.167	43.214
Pagamento a fornecedores / prestadores de serviço de saúde	(12.116.699)	(10.732.642)
Pagamento de comissões	(1.081.721)	(964.649)
Pagamento de pessoal	(435.972)	(372.067)
Pagamentos de serviços de terceiros	(175.688)	(163.633)
Pagamento de tributos	(561.708)	(577.901)
Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(76.599)	(82.998)
Pagamento de aluguel	(26.597)	(49.438)
Pagamento de promoção/publicidade	(53.711)	(55.381)
Aplicações financeiras	(10.550.743)	(7.592.291)
Outros pagamentos operacionais	(252.504)	(215.442)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	(17.102)	530.059
Atividades de investimento		
Recebimento de venda de ativo imobilizado - Outros	1.124	826
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	46.423	95.738
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	(10.613)	(5.847)
Pagamentos relativos ao ativo intangível	(29.998)	(25.627)
Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas	-	(419.978)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	6.936	(354.888)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro	-	40.000
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(395)	(601)
Pagamento de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(1.396)	(999)
Pagamento de participação nos resultados	-	(199.500)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(1.791)	(161.100)
Variação de caixa e equivalente de caixa	(11.957)	14.071
Caixa - Saldo inicial	32.140	18.069
Caixa - Saldo final	20.183	32.140
Ativos livres no início do período	1.714.100	1.664.886
Ativos livres no final do período	2.444.419	1.714.100
Aumento nas aplicações financeiras - Recursos livres	730.319	49.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. **3.9.2. Provisão de Sinistro a Liquevar (PSL): Processos administrativos:** PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avistados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: • O valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros; e • As despesas referentes à gestão da regulação de sinistros que não são alocados a cada sinistro individualmente (ULAE). **Processos judiciais:** Provisões de sinistros a liquevar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico Interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquevar leva em consideração fatores calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e estimativas calculadas por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões e os honorários de sucumbência referentes a causas de perda provável são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e estimativas calculadas por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões e os honorários de sucumbência referentes a causas de perda provável são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e estimativas calculadas por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões e os honorários de sucumbência referentes a causas de perda provável são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e estimativas calculadas por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões e os honorários de sucumbência referentes a causas de perda provável são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e estimativas calculadas por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões e os honorários de sucumbência referentes a causas de perda provável são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e estimativas calculadas por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões e os honorários de sucumbência referentes a causas de perda provável são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e estimativas calculadas por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões e os honorários de sucumbência referentes a causas de perda provável são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e estimativas calculadas por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões e os honorários de sucumbência referentes a causas de perda provável são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e estimativas calculadas por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões e os honorários de sucumbência referentes a causas de perda provável são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e estimativas calculadas por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões e os honorários de sucumbência referentes a causas de perda provável são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e estimativas calculadas por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões e os honorários de sucumbência referentes a causas de perda provável são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e estimativas calculadas por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

4.2. Riscos de subscrição: Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Na Companhia, tais riscos podem se materializar de diferentes maneiras dependendo do ramo de atuação. Nos negócios de Saúde, particularmente, para o segmento individual no qual os reajustes de prêmios são autorizados pela ANS, os riscos oriundos de precificação podem vir de reajustes de prêmios autorizados pelo órgão regulador que sejam insuficientes, ou que não configurem a expectativa inicial de precificação do plano. Para os demais produtos de Saúde, a Companhia possui maior flexibilidade na gestão dos reajustes de seus contratos. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação nas provisões técnicas constituidas, que podem ser materializados em qualquer uma das linhas de negócios da Companhia. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da asservabilidade das provisões constituídas e das metodologias empregadas nos cálculos.

4.2.1. Risco de precificação: Atualmente, a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação, para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias com base em risco, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. PARP é um procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem como pareceristas, neste processo, às áreas atuarial, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, gestão de riscos corporativos, jurídica, operações, de planejamento estratégico, sustentabilidade, tecnologia da informação e visão do cliente. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações pode-se destacar: processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos; otimização da rede de prestadores de serviço; programas de saúde ativa e inspeções detalhadas na subscrição de algumas apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas.

Análise de sensibilidade em saúde: As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos destas oscilações no resultado e no patrimônio.

2018

Premissas	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(619.905)	(340.948)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(15.655)	(8.610)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(49.029)	(26.966)
Redução de 5% na sinistralidade	619.905	340.948
Redução de 5% nas despesas administrativas	15.655	8.610
Redução de 5% nos custos de aquisição	49.029	26.966

2017

Premissas	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(547.827)	(301.305)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(10.272)	(5.650)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(43.294)	(23.812)
Redução de 5% na sinistralidade	547.827	301.305
Redução de 5% nas despesas administrativas	10.272	5.650
Redução de 5% nos custos de aquisição	43.294	23.812

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de

aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior.

4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas: A gestão das provisões técnicas constituidas é um processo contínuo coordenado pelo Departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas.

4.3. Riscos de mercado: Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas.

A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos do Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos e Financeira, sendo monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e stress test podem ser observados na nota 5.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2018 e 2017.

Alocação dos investimentos

Indexador	2018	2017
SELIC/CDI	4.782.667	3.724.744
IPCA	72.904	219.067
Pré-Fixado	124.025	–
Ações	45.196	37.072
Outros	52.597	47.732
Total	5.077.389	4.028.615

4.3.1. Exposição residual: A exposição residual reflete o descasamento entre os ativos e passivos após estudos de ALM, com o objetivo de otimizar a alocação de ativos financeiros levando em consideração as características do passivo (como volume, indexador, vencimento, taxa de juros, entre outros), buscando um casamento entre fluxos, para mitigar o risco de mercado. A tabela a seguir apresenta a exposição residual ao risco cambial, de renda variável e inflação.

Exposição ao risco de renda variável e inflação	2018	2017
Dólares norte americanos	47.278	47.265
Renda variável	45.196	37.072
Indexados a inflação	84.080	31.530

O risco residual é representado pela exposição em inflação, que calculado através da metodologia VaR, em 31/12/2018, foi de R\$66 (R\$21 em 2017). Para o cálculo foram confrontados ativos e passivos financeiros indexados à inflação.

4.3.2. Risco de liquidez: Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios. São realizadas projeções diárias da caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2018 e 2017.

2018	2017
Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Dólares norte americanos	47.278
Renda variável	45.196
Indexados a inflação	84.080

4.3.3. Risco de compliance: O risco de compliance é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Neste sentido, a Ovidioria da SulAmérica desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha de defesa contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos que violam o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. Em 2018, foi criada a área de Controles Internos com o objetivo de dar suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais. O processo de identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos identificados são quantificados através de metodologia específica e os controles materiais e relevantes têm sua eficácia testada podendo gerar planos de ação nos casos em que a Companhia julgue necessários. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação de mitigadores (risco inerente) e após a ação dos mitigadores (risco residual), levando em consideração a frequência, a severidade e mitigadores dos riscos identificados.

4.6. Riscos legais e compliance: Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisões desfavorável em processos judiciais.

4.6.1. Gestão dos riscos legais: Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria da gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdêssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento.

4.6.2. Gestão dos riscos de compliance: A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas.

O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que preveja e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores.

4.7. Gestão de capital: A gestão de capital é realizada na Companhia através de um processo contínuo de cálculo e monitoramento do capital regulatório requerido, avaliação da necessidade de capital frente aos riscos assumidos pela Companhia e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Companhia. Dessa forma, a Companhia apura mensalmente, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado por efeitos econômicos em relação ao capital regulatório requerido. Durante os exercícios de 2018 e 2017, o valor apurado sempre foi suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores.

Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para os principais riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores.

Descrição

Descrição	2018	2017
Patrimônio líquido	5.771.194	4.839.863
Obrigações legais	108.129	202.742
Deduções		
Participações diretas ou indiretas em empresas reguladas pela ANS, SUSEP e BACEN atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial	(1.107.544)	(1.051.993)
Créditos tributários	–	(4)
Despesas de comercialização diferida	(798.924)	(669.470)
Despesas antecipadas	(1.092)	(2.632)
Intangível	(114.045)	(99.485)
Patrimônio mínimo ajustado	3.857.718	3.219.021
Solvência (a)	3.464.437	3.078.189
Suficiência	393.280	140.832

(a) A Companhia considera o diferimento da margem de solvência, calculado com base na Resolução Normativa nº 373/2015.

5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações:

2018	2017
Valor justo por meio do resultado	–
Disponível para venda	–
Valor avaliado pela curva	–
Valor de mercado/contábil	–
Valor de custo	–
Valor de mercado/contábil	–
Outras	–
Total	–

5.1. Composição das aplicações:

2018	2017

<tbl_r cells="2" ix="2" maxcspan="1"

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

		2017						2018									
		Nível 1		Nível 2		Total		Saldo em 01/01/2017		Adição		Atualização monetária		Baixa/ compensação		Saldo em 31/12/2017	
Ativos financeiros																	
Valor justo por meio do resultado								1.215.206	1.215.206								
Disponível para venda		2.518.154	295.255	2.813.409													
Total		2.518.154	1.510.461	4.028.615													
6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde: 6.1. Movimentação de prêmios a receber: Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, mensurados ao custo amortizado. A Companhia, basicamente, fatura mensalmente os contratos de saúde.																	
Redução ao valor recuperável																	
Prêmios recuperável																	
Total		580.730	(357.075)	223.655													
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição		14.094.630	(176.980)	13.917.650													
Recebimento/ reversão		(13.968.082)	78.482	(13.889.600)													
Saldo em 31/12/2017		707.278	(455.573)	251.705													
Circulante																	
Redução ao valor recuperável																	
Prêmios recuperável																	
Total		875.083	(545.076)	330.007													
6.2. Prêmios a receber por vencimento: Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:																	
Descrição		2018	2017														
A vencer																	
A vencer entre 1 e 30 dias		163.134	120.480														
A vencer entre 31 e 60 dias		4.069	8.218														
A vencer entre 61 e 180 dias		14.018	1.246														
A vencer entre 181 e 365 dias		512	4.806														
A vencer acima de 365 dias		597	—														
Total		182.330	134.750														
Redução ao valor recuperável																	
Total a vencer		176.313	125.082														
Vencidos																	
Vencidos entre 1 e 30 dias		137.822	115.826														
Vencidos entre 31 e 60 dias		39.075	28.541														
Vencidos entre 61 e 180 dias		66.553	65.223														
Vencidos entre 181 e 365 dias		73.081	71.625														
Vencidos acima de 365 dias		376.222	291.313														
Total		692.753	572.528														
Redução ao valor recuperável																	
Total vencidos		153.694	126.623														
Total de prêmios a receber		875.083	707.278														
Total de redução ao valor recuperável (a)		(545.076)	(455.573)														
Total		330.007	251.705														
(a) A redução ao valor recuperável é constituída com base nos prêmios vencidos e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias. 7. Despesas de comercialização diferidas: Em 31/12/2018, a Companhia possui despesas de comercialização diferidas de R\$798.924 (R\$669.470 em 2017). 8. Créditos e débitos tributários e previdenciários e ativos fiscais diferidos:																	
Descrição		2018	2017														
Créditos tributários e previdenciários																	
Impostos a compensar/recuperar		34.689	37.099														
PIS e COFINS sobre IBNR		119.888	105.902														
Total		154.577	143.001														
Circulante		33.731	36.152														
Não circulante		120.846	106.849														
Ativo fiscal diferido líquido dos tributos passivos diferidos																	
IR/CSLL sobre diferenças temporárias		528.894	483.753														
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL		—	3														
(-)-Tributos diferidos passivos		(171.289)	(184.415)														
Total		357.605	299.341														
Não circulante		357.605	299.341														
10. Participações societárias:																	
	SANTA CRUZ (1)	SULA-MED (2)	SULA-SAÚDE (3)	SULA-SEG (4)	SAMI (5)	SULA-ODONTO (6)	SAGA (7)	TOTAL									
Saldo em 01/01/2017	908.285	179.660	42.712	321.760	44.782	69.284	1.311	1.567.794									
Aumento de capital (b)	299.979	120.000	—	—	—	—	—	419.979									
Dividendos e juros sobre capital próprio	(21.776)	(8.781)	—	(30.000)	(16.845)	(20.000)	(1.669)	(99.071)									
Equivalência patrimonial (a)	91.689	36.972	883	(1.676)	23.611	32.711	2.255	186.445									
Ajustes de avaliação patrimonial	22.033	61	263	5.776	23	—	—	28.156									
Incorporação	—	—	(43.858)	—	—	—	—	(43.858)									
Saldo em 31/12/2017	1.300.210	327.912	—	295.860	51.571	81.995	1.897	2.059.445									
Dividendos e juros sobre capital próprio	(18.612)	(5.913)	—	(14.010)	(20.025)	(3.249)	(2.456)	(64.265)									
Equivalência patrimonial (a)	78.368	24.902	—	59.452	27.006	13.682	3.102	206.512									
Ajustes de avaliação patrimonial	5.200	(181)	—	2.176	(5)	(15)	—	7.175									
Saldo em 31/12/2018	1.365.166	346.720	—	343.478	58.547	92.413	2.543	2.208.867									
(a) No exercício findo em 31/12/2018, a equivalência patrimonial de R\$206.512 (R\$186.445 em 2017), está registrada na rubrica "Resultado patrimonial" que contempla também, outras despesas líquidas de receitas																	

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes asseguradas a percepção de dividendos 10% superiores aos pagos às ações ordinárias e a prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 08/05/2017 a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$30.000, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em 30/04/2017, à razão de R\$0,36 (em reais) por ação ordinária e R\$0,39 (em reais) preferencial, pago aos acionistas a partir de 12/05/2017. O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 18/12/2017 a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$280.000, sendo R\$3,33 (em reais) por ação ordinária e R\$3,11 (em reais) por ação preferencial, a ser pago a partir da 22/12/2017. Em 29/03/2018 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos obrigatórios no valor de R\$202.084, ao qual foram imputados os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio declarados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 08/05/2017 e 18/12/2017, respectivamente. Em 30/04/2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros

sobre capital próprio no valor bruto de R\$95.000, sendo R\$1,11 (em reais) por ação ordinária e R\$1,23 (em reais) por ação preferencial, pagos aos acionistas em 25/05/2018. Em 25/09/2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$120.000, sendo R\$1,38 (em reais) por ação ordinária e R\$1,52 (em reais) por ação preferencial, pagos aos acionistas em 04/10/2018; e Em 18/12/2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$95.000, sendo R\$1,07 (em reais) por ação ordinária e R\$1,18 (em reais) por ação preferencial, a serem pagos a partir desta data. **19.7. Distribuição do resultado:**

Descrição	2018	2017
Lucro antes dos impostos e participações	1.390.602	1.251.134
(-) Impostos e contribuições	(377.165)	(361.256)
(-) Participações	(43.139)	(38.999)
Lucro líquido do exercício	969.698	850.879
Constituição da reserva legal	(48.485)	(42.544)
Lucro líquido ajustado	921.213	808.335
Dividendos obrigatórios	230.303	202.084
25% do lucro líquido ajustado (a)	230.303	202.084

20.2. Sinistros ocorridos:

Descrição	2018				
	Antes da lei (a)	Após a Lei (a)	Rede contratada	Reembolso	Total
Consultas	(100.127)	(49.310)	(1.030.909)	(304.703)	(1.131.036)
Exames	(226.074)	(18.993)	(2.040.745)	(97.575)	(2.266.819)
Terapias	(108.705)	(3.005)	(522.053)	(11.688)	(630.758)
Internações	(888.202)	(60.966)	(4.886.583)	(362.804)	(5.774.785)
Outros	(176.443)	(48.162)	(996.188)	(250.538)	(1.172.631)
Subtotal	(1.499.551)	(180.436)	(9.476.478)	(1.027.308)	(10.976.029)
SUS					(30.856)
Total					(12.214.629)

(a) Refere-se aos planos de saúde operados antes e após a Lei 9.656/1998. **20.3. Outras despesas operacionais:** Em 31/12/2018, as "Outras despesas operacionais" no montante de R\$416.798 (R\$385.882 em 2017), estão registradas nas rubrics "Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde"; no montante de R\$382.726 (R\$358.365 em 2017) e "Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora", no montante de R\$34.072 (R\$27.517 em 2017), compostos da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Despesas com operações de seguros	(1.893)	(2.436)
Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros	(137.221)	(119.292)
Serviços técnicos de seguros	(41.348)	(38.482)
(Constituição) / Reversão da provisão para riscos de crédito	(107.048)	(93.496)
Despesas com cobrança de seguros	(129.288)	(132.176)
Total	(416.798)	(385.882)

20.4. Despesas de comercialização:

Descrição	2018	2017
Comissões sobre prêmio retido:		
Sobre prêmios	(746.573)	(690.634)
Sobre agenciamento	(353.508)	(305.750)
Variação de despesas de comercializações diferidas	115.284	125.760
Total	(984.797)	(870.624)

20.5. Despesas administrativas:

Descrição	2018	2017
Pessoal próprio	(416.468)	(371.000)
Incentivos em ações	(7.815)	(5.219)
Serviços de terceiros	(164.668)	(166.759)
Localização e funcionamento	(84.390)	(81.815)
Despesas com tributos	(12.163)	(18.066)
Outras	(126.953)	(117.834)
Total	(812.457)	(760.693)

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio" estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários de diretoria):

Descrição	2018	2017
Remunerações	(205.805)	(188.993)
Encargos sociais	(78.622)	(70.428)
Indenizações e rescisões	(8.754)	(9.299)
Vale alimentação, refeição e transporte	(40.998)	(36.747)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(20.363)	(16.430)
Outros benefícios	(11.301)	(10.355)
Total	(365.843)	(332.252)

20.6. Resultado financeiro líquido:

Descrição	2018	2017
Títulos e valores mobiliários	294.420	396.218
Valor justo por meio do resultado	107.104	137.416
Disponível para venda	187.316	258.802
Operações de seguros	53.254	49.244
Total	326.574	444.053

Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais

Descrição	2018	2017
Juros de mora	(29)	(34)
Outros	24.765	20.894
Total	326.574	444.053

Receitas financeiras

Descrição	2018	2017
Valorização de cotas de fundos de investimentos	141.106	124.322
Títulos de renda fixa - privados	100.388	117.834
Títulos de renda fixa - públicos	167.780	201.918
Operações de seguros	55.632	52.377
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	61.629	79.822
Outras	34.656	28.845
Total	561.191	605.118

Despesas financeiras

Descrição	2018	2017
Operações de seguro	(2.378)	(3.133)
Desvalorização das cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(114.854)	(47.856)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(107.465)	(102.091)
Juros de mora	(29)	(34)
Outras	(9.891)	(7.951)
Total	(234.617)	(161.065)

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas; **Conselheiros:** Carlos Infante Santos de Castro; Gabriel Portella Fagundes Filho; Solange Beatriz Palheiro Mendes. **Diretoria: Diretor Presidente:** Gabriel Portella Fagundes Filho; **Diretores Vice-Presidente:** André Luiz Lauzana dos Santos; Marco Antonio Antunes da Silva; Maurício da Silva Lopes; Ricardo Bottas Dourado dos Santos; **Diretores:** Alessandra Maia Marinho Basile; Christian Rogério Menezes; Emil Andery; Erika Fuga Rossi; Fabiane Reschke; Marcelo Suman Mascaretti; Laenio Pereira dos Santos; Patrícia Quirico Coimbra; Ricardo Augusto de Campos Soares; Rafael de Gouveia Ramalho; Raquel Reis Correa Giglio; Reinaldo Amorim Lopes; Renato Roperto; Solange Zaquem Thompson Motta